



ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO	Reunião Extraordinária do Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia
DATA	22 de setembro de 2022 (quinta-feira) às 14:00 horas
LOCAL	SALA VIRTUAL DPG - https://guest.lifesizecloud.com/2616458
SOLICITANTE	Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau
REDATOR	Bárbara Veiga Góes – Estagiária de Pós-Graduação
PARTICIPANTES	<ol style="list-style-type: none">1. Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende – Coordenadora de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição2. Desembargador Paulo Alberto Nunes Chenaud – Coordenador da Coordenação dos Juizados Especiais (COJE)3. Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho – Juíza Assessora Especial da Presidência4. Juíza de Direito Ely Christianne Esperon Lorena (Titular) - Magistrada indicada pelo Tribunal Pleno5. Juiz de Direito Vanderley Andrade Lacerda (Titular) - Eleito pela Lista dos Inscritos6. Juiz Humberto José Marçal - Magistrado Eleito por votação direta dos pares7. Juíza Karla Kristiany Moreno de Oliveira - Magistrado Eleito por votação direta dos pares8. Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima – Secretário Geral da Presidência8. Viviane da Anunciação Souza – Diretora de Primeiro Grau9. Marcela Rangel – Assessora da DPG10. Pedro Lúcio Silva Vivas – Secretário de Planejamento e Orçamento11. Maurício Góes Dantas - Diretor de Programação e Orçamento (DPO)12. Anatole Eduardo Queiroz Coutinho (Titular) - Servidor indicado pelo Tribunal Pleno13. Rodrigo Ferreira de Úzeda (Titular) e Jenivaldo Dias da Silva (Suplente)14. Itailson Farias da Paixão - Servidor eleito por votação direta dos pares15. Franklin Ribeiro da Silva (Titular) - Eleito pela Lista dos Inscritos16. Maurício de Oliveira e Silva (Titular) - Servidor indicado pela Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – ASSETBA17. Adelson Costa Oliveira (Titular) - Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia – SINTAJ18. Bruno Cesar Limongi Horta - Servidor eleito por votação direta dos pa-



res

19. Adedina Sampaio Ribeiro - Suplentes dos dois servidores mais votados

PAUTA

- 1.** Apresentação dos novos componentes do Comitê, eleitos pelos seus pares, indicados pelo Tribunal Pleno e pelos sindicatos e associações de classe, em atendimento à Resolução n. 02/2022 (Decreto Judiciário n. 640, de 16 de setembro de 2022);
- 2.** Orientações e discussões prévias acerca da elaboração do Orçamento de 2024, pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do PJBA;
- 3.** O que ocorrer.

ASSUNTOS TRATADOS

Às 14:00 horas do dia 22.09.22, a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende que responde pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição, deu início à reunião extraordinária agradecendo a presença de todos.

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Lúcio Silva Vivas, e o Diretor de Programação e Orçamento, Maurício Dantas, saudaram os presentes e fizeram uma apresentação sobre estratégia e orçamento, especialmente com os seguintes itens:

- Conceitos Básicos;
- Elaboração do Orçamento;
- Execução do Orçamento;
- Unidades Orçamentárias;
- Instrumentos Legais;
- Rito de Elaboração da LOA.

Após o fim da apresentação, o Juiz Humberto Marçal cumprimentou os colegas e questionou ao Diretor Maurício Dantas, se o gasto da despesa com o pessoal já está em 4,74% da receita corrente líquida, como consta no último relatório fiscal.

O Diretor Maurício Dantas esclareceu que essa informação procede, mas que a despesa não se encontra mais nesse percentual, porque ela é calculada com base na receita e despesa do período em que foi feita. Segundo ele, para o ano de 2022, deve ser levada em conta a despesa desse mesmo período e sua receita. Que 4.74% é o percentual referente ao ano de 2021 e não de 2022.

Devolvida a palavra para o Juiz Humberto Marçal, ele questionou se o relatório fiscal havia sido publicado em maio de 2022 e se englobava o primeiro quadrimestre deste ano. O diretor Maurício respondeu que sim. O Juiz acrescentou que o próximo relatório referente ao segundo quadrimestre deve ser publicado até dia 30 deste mês. Por fim, sugeriu que houvesse



disponibilização de um assessor fora do quadro para todos os magistrados de primeiro grau, da mesma forma que se disponibiliza para os Desembargadores, e que fizesse o orçamento para averiguar se seria possível.

O Diretor Maurício Dantas informou que não é obrigatório que os assessores dos desembargadores sejam de fora do quadro, podendo ser servidores de carreira. Que quanto aos magistrados de primeiro grau, existe uma lei que limita o assessor a fazer parte do quadro.

O juiz Humberto Marçal informou que havia feito um levantamento e, segundo a Lei de Cargos, nº 5.516/89, há 27 cargos de assessores para Desembargadores. Que a lei 7.032/1997 cria 30 cargos, a lei 10.845/07 cria 12 cargos, a lei 13.964 cria mais 18 e a 13.968/18 diminuiu 4 cargos de assessores de Desembargadores. Que atualmente a legislação permite 83 cargos para assessores de Magistrados, porém existem 120 cargos para assessores de Desembargadores. Que na lei 13.752, fixou-se o novo subsídio do Supremo Tribunal Federal e o CNJ manifestou sobre a possibilidade de pagar o novo subsídio ou o antigo subsídio com o auxílio moradia. O TJBA permaneceu inerte até setembro de 2019, quando foi implementado o novo subsídio. Que o TJBA pagou o 13º salário, férias e substituição com o subsídio antigo, quando deveria ser observado o novo. Indagou ao Diretor Maurício Dantas se tinha previsão de pagar essa diferença aos magistrados.

A Desembargadora Cynthia Resende esclareceu ao Juiz Humberto Marçal que esta reunião é apenas para discutir o orçamento de 2024. Que quanto aos assessores é necessário alterar a Lei de Organização Judiciária, para posteriormente acrescer mais um assessor ao juiz. Que, além disso, existe uma limitação prevista quanto à proporcionalidade entre cargos criados por lei.

Passada a palavra para o Secretário Pedro Vivas, este colocou-se à disposição para encaminhar aos membros do Comitê os materiais orçamentários que já foram publicados, assim como sua apresentação feita ao Comitê nesta reunião.

Passada a palavra para o servidor Bruno Cesar, este saudou os colegas, e apresentou o escopo que acredita que deveria fazer parte deste Comitê. Por fim, indagou ao Diretor Maurício Dantas quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias que é imposta pelo Executivo, e que neste ano passou a ter a junção de todos os órgãos. Questionou se essa alteração teve um resultado efetivo.

O Diretor Maurício Dantas esclareceu que apesar de terem avançado na discussão da lei, ela foi mantida, junto com seus critérios objetivos. Que o orçamento inicial deste ano, corrigido pela estimativa do IPCA de 2023, irá necessitar de uma suplementação. Que a lacuna do ano de 2022 não foi atendida e que esta lacuna provavelmente será atendida como todos os anos, ao final do exercício. Mas que não deve ser levada em conta para já se iniciar o orçamento de 2023, considerando esse valor inserido. Que continua com um orçamento para 2023, que já prevê um não atendimento daquilo que está programado.

Devolvida a palavra para Desembargadora Cynthia Resende, esta solicitou que Dra. Viviane Souza



encaminhasse aos membros as atas das reuniões anteriores, para que eles tomem conhecimento do que já foi tratado e discutido pelo Comitê.

A Diretora de Primeiro Grau, Dra. Viviane Souza, informou que irá encaminhar, mas que todas as atas já estão disponíveis na página do Comitê, no site do TJBA.

A Desembargadora complementou que os membros poderão encaminhar sugestões de pauta para as próximas reuniões para o e-mail da Diretoria de Primeiro Grau.

Passada a palavra para o servidor Rodrigo Uzêda, este saudou os presentes e trouxe alguns exemplos de práticas dos cartórios. Acrescentou que é necessário ter atenção à tabela de lotação de paradigma, já que a quantidade de servidores ativos com a quantidade de acervo não vem sendo cumprido. Que é necessário qualificar o gabinete tanto quanto o cartório, porque existem determinações dadas pelos magistrados que não são cumpridas pelo cartório, em razão da insuficiência de servidores. Que falta uma intermediação efetiva do primeiro grau com o segundo grau. Que apesar de existir a Diretoria de Primeiro Grau, esta tem uma ação estratégica e não executiva, em razão da falta de servidores para isso. Que os pedidos de magistrados acerca de servidores e equipamentos às vezes não são nem respondidos. Que quando se trata de orçamento deve se abranger todas essas carências.

Devolvida a palavra, a Desembargadora manifestou-se informando que todos os membros estão imbuídos no mesmo sentido de melhoria do Poder Judiciário e aproveitou a oportunidade para cumprimentar o Desembargador Paulo Chenaud.

O Desembargador Paulo Chenaud saudou os presentes e demonstrou sua satisfação em participar deste outro Comitê, se colocando à disposição para busca de uma melhor prestação jurisdicional.

A Desembargadora Cynthia Resende agradeceu a participação do colega e indagou o Secretário Geral, Franco Bahia, quanto à formação da comissão do concurso.

O Secretário Geral, Franco Bahia, esclareceu que o Presidente e os Corregedores constituíram a Comissão examinadora para o concurso de Servidores. Que as áreas técnicas do Tribunal já estão trabalhando nesse certame há algum tempo. Acrescentou que quando se trata do orçamento nem sempre é possível atender a todos os reclamos e nem todas as solicitações de instalações. Que o concurso é um dos desafios pontuados, já que se têm um *déficit* histórico de servidores. Que até 2024 terá mais servidores com requisitos preenchidos para aposentadoria do que servidores que não se encontram assim. Ou seja, o quadro de pessoal é bem antigo e as transformações digitais pelas quais está passando o poder judiciário exigem que tenham um corpo funcional compatível. Foi levantada a deficiência das unidades judiciais, todavia essas melhorias não podem prejudicar o orçamento a ponto de não poder fazer esse processo de ingresso de novos servidores e magistrados. Que é necessário equilibrar as demandas daqueles que estão na ativa e garantir que o TJBA tenha fôlego orçamentário e financeiro para o ingresso



de novos servidores. Que não adianta comprometer 6% da receita corrente líquida do Estado da Bahia, porque precisamos passar por esse novo processo da renovação. Por fim, parabenizou o comitê pelas iniciativas e sugeriu que não se limitassem a pautas remuneratórias, mas que discutissem também projetos proativos, que auxiliem melhorias jurisdicionais.

Passada a palavra para Juíza Ely Esperon, esta saudou os presentes e acentuou a importância de trabalhar com os dois focos: gestão de bens materiais e de recursos humanos. Por isso, compartilha as mesmas ideias dos colegas trazidas ao Comitê. Indagou sobre o orçamento que está sendo preparado para 2024. Que atualmente tem dois desafios: máquinas e um sistema plenamente eficaz, que é o PJE. Que acredita que para que possam cumprir a missão institucional é necessário priorizar a tecnologia.

A Desembargadora agradeceu a participação da colega e reiterou sua fala quanto à necessidade do orçamento de 2024 priorizar a área de informática.

O Secretário Geral, Franco Bahia, pediu a palavra e licença para se ausentar diante da sua convocação na presidência. Por fim, acrescentou que com vistas ao processo de renovação o TJBA realizou a aquisição de 4.000 (quatro mil) computadores para esse exercício de 2022 e há previsão de troca de todo parque tecnológico para 2023 (aquisição de mais de 8.000 computadores). Que na gestão do Presidente Nilson Castelo Branco sua prioridade máxima tem sido a área de TI, sem se descuidar dos outros aspectos.

Passada a palavra para o servidor Itailson Farias, este saudou os presentes e relatou os problemas psicológicos que seus colegas Oficiais de Justiça enfrentam em razão das dificuldades atuais, como a pressão e grande demanda de trabalho que sofrem diante da insuficiência de Oficiais. Que é necessário oferecer estrutura para esses servidores, que os problemas vão além das questões remuneratórias, devendo se pensar em condições de trabalho melhores e propor mudanças para prestação jurisdicionais. Por fim, se colocou à disposição do Comitê.

Passada a palavra para o servidor Franklin Ribeiro, este cumprimentou a todos os membros, se apresentou e sugeriu que o TJBA junto com os seus arquitetos fizesse um anexo na sobra de área do fórum de Guanambi que foi reformado em 2010. Que fez o levantamento junto ao corretor acerca do valor que poderia ser levantado por leilão do prédio do Juizado Especial de Guanambi. Que ele vale em média R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Que com esse valor poderiam fazer um complexo moderno em um só local e ainda sobraria dinheiro para o orçamento do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Ressaltou as dificuldades que tem enfrentado com o sistema *Exaudi*.

A Desembargadora agradeceu a participação do servidor, mas informou que o Comitê não pode tratar de questões pontuais de cada comarca. Que alguns pleitos devem ser encaminhados para as unidades administrativas competentes.

Passada a palavra para o servidor Adelson Costa, este saudou os presentes e demonstrou sua



preocupação quanto à fala do colega Franco Bahia, quanto à comparação das unidades judiciais a uma delegacia. Que recentemente fez uma visita pelo SINTAJ em várias comarcas do interior e ficou assustado com a situação de Ilhéus-BA, que o fórum se encontra totalmente deteriorado. Que irá encaminhar um pedido de interdição daquela unidade ao TJBA e ao Ministério Público. Que inclusive esteve em outras comarcas que também se encontram em condições precárias. Ressaltou sua preocupação com outra fala trazida pelo colega quando disse que os servidores e magistrados buscam melhorias dos seus salários, mas que isso não pode engessar o ingresso de novos servidores. Que recentemente houve uma alteração da gratificação de acervo dos magistrados em 1/3, e isso representa 33,33% e virá em breve um ajuste de 18%, na prática acarretando um ajuste de aproximadamente 50%. Diferentemente dos servidores que tiveram um ajuste de 4%. Que o Comitê Gestor e Orçamentário é fundamental porque através dele irão alocar recursos para comportar implementação do novo plano de cargos e salários. Com relação ao concurso de servidores deixou registrado que é necessário fazer antes a remoção ou a realocação, porque existem muitas comarcas com excedentes de servidores e outras com *déficit*.

Passada a palavra para o Desembargador Paulo Chenaud, este saudou os presentes e acentuou a fala do colega Adelson Costa, quanto ao enfrentamento de falta de condições de trabalho na comarca de Ilhéus. Que foi juiz por 7 anos desta comarca e sabe do que ele está falando. Ressaltou a preocupação não somente do Presidente atual, como também de outros Presidentes com o fórum de Ilhéus. Que já houve diversas propostas referentes ao fórum de Ilhéus e, inclusive, já existia uma verba destinada para construir um novo fórum de Ilhéus, mas estão existindo diversos impedimentos, principalmente de localização de terrenos. Demonstrou sua satisfação com as compras de equipamentos de TI, já que hoje vivemos em um juízo 100% Digital. Que sem equipamentos não iremos conseguir realizar essa determinação do CNJ que está sendo conduzida pela Desembargadora Cynthia Resende. Por fim, indagou o Secretário Pedro Vivas e o Diretor Maurício Dantas se tem verbas e se essas verbas já estão empenhadas ou se irão devolver dinheiro. Caso exista dinheiro disponível que esclareçam quanto de dinheiro disponível que se tem para usar até o final desta gestão.

O servidor Adelson Costa manifestou-se ressaltando a importância da fala trazida pelo Desembargador Paulo Chenaud. Acrescentou que o TJBA tem dificuldade para construir o fórum por doação e indagou ao Desembargador se o TJBA teria como construir o fórum por aquisição. Que se tiver esse dinheiro disponível pode correr atrás para comprar o terreno, mas que se não tiver disponibilidade, que podem tentar através da doação. Por fim, se colocou à disposição para auxiliar na busca desse terreno.

O Desembargador Paulo Chenaud esclareceu que existe disponibilidade do Poder Público. Que o Prefeito Municipal disponibilizou um terreno que fica logo após o presídio onde se tem instalações da Justiça Federal. Que lamentavelmente esse terreno não foi aceito. Que tinha também um terreno que se localiza na Praia do Sul, que foi disponibilizado e doado pelo Município, só que a parte da frente pertence à APAE, todavia esta não construiu nada. Então é necessário desafetar esse terreno para que volte ao Município e ele possa dispor desse terreno



para o fórum de Ilhéus. Acontece que existem ações trabalhistas contra APAE que penhorou este terreno, o que acaba dificultando essa desafetação. Informou que o TJBA não tem verba suficiente para comprar um terreno e construir, mas que isso pode ser resolvido por doação.

A Desembargadora sugeriu que o servidor Adelson Costa entrasse em contato com a Presidência para esclarecer as dúvidas referentes ao concurso.

O Desembargador Paulo Chenaud se colocou à disposição para esclarecer algumas dúvidas do colega e informou que tem conhecimento de diversas Resoluções do CNJ que determinam que o Poder Judiciário seja de analista e técnico. Que a proposta do novo concurso é de Técnico e Analista. Que com referência aos editais de remoção já foram abertos. Que a seu ver é necessário abrir esses editais de remoção de forma virtual, para que o servidor possa continuar na localidade onde nasceu e reside, trabalhando de forma remota em outra unidade necessite.

A Desembargadora acrescentou que quando esteve na Corregedoria chegou a abrir edital de remoção que não vingou. Que a remoção compulsória também é uma medida desaconselhável.

Passada a palavra para o servidor Bruno Cesar este concordou com o que foi trazido pelo Desembargador Paulo Chenaud, mas acredita que ainda existe uma diferenciação quando se abrem os editais entre os servidores dos Juizados e os da Justiça Comum. Que o servidor Adelson trouxe argumentos no sentido de ampliar essas possibilidades. Que deve acabar com essa diferenciação dos servidores de Juizados e Justiça Comum.

O Desembargador Paulo Chenaud replicou esclarecendo que essa diferença está na ficção. Que a Resolução 219 do CNJ acabou com essa diferenciação entre os servidores dos Juizados e da Justiça Comum, passando a existir servidores do Poder Judiciário.

Dando continuidade à reunião a Desembargadora solicitou que o Secretário Pedro Vivas e o Diretor Maurício Dantas, se pronunciassem acerca do questionamento feito pelo Desembargador Paulo Chenaud, quanto ao excedente de orçamento.

O Secretário Pedro Vivas reforçou a fala trazida pelo Desembargador Paulo Chenaud quanto à construção do fórum de Ilhéus. Acrescentou que a devolução de verba não existe, porque a quota que vem do Executivo é para pagamento do pessoal e normalmente ela é inferior à necessidade. Quanto à arrecadação de forma própria também não há no que se falar em devolução porque isso vai para o orçamento seguinte na forma de superávit se não for executado. Então não tem o que se falar em devolução, mas sim de direcionamento para os exercícios seguintes.

O Desembargador questionou qual o valor que se tem em caixa atualmente para dispor com equipamentos.

O Diretor Maurício Dantas reforçou a fala do colega Pedro Vivas e informou que a SETIM dispõe



de um orçamento de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Que no âmbito do orçamento, a SEPLAN não tem o detalhamento, por projetos, de cada unidade gestora e sim por orçamento de cada gestora e de forma geral. Que acredita que diante do que está sendo executado existe possibilidade de novas aquisições. Que a própria SETIM é que pode ser instada para informar quanto as aquisição de equipamentos.

O Secretário Pedro Vivas acrescentou que dos R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), a SETIM já empenhou R\$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais). Que o que o colega Maurício Dantas quis dizer é que **não sabemos** desse orçamento o que é custeio e o que é investimento. Que o investimento não se resume apenas a compra de computadores, mas também software, licenças entre outros.

O Desembargador Paulo Chenaud demonstrou preocupação com as informações prestadas pelos colegas sobre o orçamento, já que não informaram para onde destinam-se as verbas.

A Desembargadora indagou se cada Secretaria já vem com seu valor de verba pré-definido. O Diretor Maurício Dantas respondeu que sim. Colocou-se à disposição para passar o detalhamento orçamentário de todas as Secretarias. Que pode esclarecer quanto se tem para custeio e quanto se têm para investimento dentro dos R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), mas que dentro do valor **para investimento**, não tem especificado o valor por projeto especificar, a não ser que procure da área a informação e passe para o Desembargador. Que a área de orçamento é colaborativa, que não determinam nada, apenas orienta e cumprem o que foi definido por quem de direito.

O servidor Bruno Cesar trouxe como sugestão que a Desembargadora oficiasse a SETIM e a Presidência em nome da Comissão para que possam verificar este valor e efetivamente, se houver excedente, priorizar para aquisição de novos equipamentos de TI. Que a situação na sua comarca está difícil em razão da falta de equipamento de TI.

O servidor Rodrigo Uzeda acrescentou que além de oficiar eles poderiam convidar os representantes desses setores.

O Juiz Humberto Marçal esclareceu que após aprovação do orçamento ele vai para contabilidade. Que na contabilidade coloca em cada rubrica o valor e vai empenhando. Que o que for empenhado não significa que foi gasto, porque para gastar é necessário o pagamento. Que o repasse do Executivo só pode ser gasto com o pessoal. Que o que gasta em material é o recurso próprio, que fica depositado em uma conta. Que o livro caixa obrigatório da contabilidade é diário, que é por lá que irá se verificar se o valor foi ou não empenhado. O Diretor Maurício Dantas respondeu que o controle orçamentário do que é empenhado, liquidado e pago é feito pela área orçamentária e ocorre através do sistema próprio, o FIPLAN.

O Secretário Pedro Vivas se colocou à disposição para encaminhar para os membros da Comissão relatórios quinzenais ou mensais acerca do orçamento.



A Desembargadora Cynthia Resende sugeriu que convidassem o Secretário da SETIM, Ricardo Neri, para próxima reunião do Comitê e todos acataram.

Encerramento

Nada mais havendo, a Desembargadora Cynthia Resende agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a ata. Assim sendo, eu, Bárbara Veiga Góes, lavrei a presente ata.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



LINK DA GRAVAÇÃO

<https://playback.lifesize.com/#/publicvideo/0c1f3069-99da-4ae1-afc0-1695215f2f6a?vcpubtoken=0d8fa63b-1b2a-4f4b-9407-ba488194d96a>